

A festa dos servidores com dólares

MÁQUINA PÚBLICA

O contribuinte bancou US\$ 51,1 milhões em diárias fora do país, o suficiente para custear 1,7 mil casas populares

Rosana Hessel

O meu, o seu, o nosso dinheiro recolhido em impostos está sendo torrado sem qualquer constrangimento por servidores públicos dos três poderes em viagens internacionais. Singelamente, a justificativa para a ganância é trabalho. Alguns, alegam acompanhar ministros, parlamentares e juizes em missões oficiais. A maioria, no entanto, está embolsando diárias polpudas para participar de seminários e feiras com o intuito de buscar conhecimento para ser agregado à máquina pública — argumento que pouquíssimos conseguem comprovar.

O resultado disso foi que, somente nos nove primeiros meses deste ano, o Tesouro Nacional bancou US\$ 51,1 milhões (R\$ 86 milhões) em ajudas de custo a funcionários públicos em viagens ao exterior, um montanha de dinheiro suficiente para comprar cerca de 3,4 mil carros populares de R\$ 25 mil ou 1.790 casas do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, orçadas em R\$ 48 mil a unidade no Distrito Federal.

Esse volume é cerca de 5 vezes maior do que o desembolsado em todo o ano de 2000 (US\$ 9,3 milhões ou R\$ 18,1 milhões, em valores da época) e está prestes a superar o recorde do ano passado, quando foram liberados US\$ 54,8 milhões (R\$ 95,3 milhões). Mas que fique bem claro: esses números representam apenas diárias. Não incluem passagens aéreas nem as despesas relativas à Presidência da República, protegidas por sigilo. Ou seja, a fatura pode ser, no mínimo, duas vezes maior, calculam técnicos do Ministério da Fazenda.

Curiosamente, os gastos — todos registrados no sistema de câmbio do Banco Central — dispararam em meses que antecedem às férias, indicando que as viagens a trabalho acabam se transformando em lazer. Em junho de 2002, por exemplo, as despesas honradas pelo Tesouro chegaram a US\$ 10,4 milhões — 10 vezes mais do que a média de US\$ 1,5 milhão dos meses anteriores. Em julho de 2009, as despesas com diárias chegaram a US\$ 18 milhões, um terço do total registrado em todo o ano. Em junho deste ano, não foi diferente: gastos de US\$ 19,4 milhões ou quase 40% do total em nove meses contabilizado pelo BC.

Desdém do Planejamento

A justificativa dentro do governo é a de que, com o Brasil chegando ao posto de 8ª economia do mundo, cada vez mais servidores se deslocam para fora do país, participando de “importantes discussões”. Na avaliação do Ministério do Planejamento, inclusive, os gastos com diárias computados pelo BC não representam “quase nada” perto das despesas que os brasileiros gastam com turismo internacional — US\$ 11 bilhões nos 12 meses terminados em setembro deste ano.

Para o Banco Central, no entanto, é preciso “olhar com cuidado” a evolução das despesas em dólar do funcionalismo público. A preocupação é tamanha que, de quatro meses para cá, o chefe do Departamento Econômico da instituição, Altamir Lopes, passou a dar publicidade aos números nas divulgações periódicas das contas externas, cada vez mais deficitárias — o rombo deste ano deve encostar nos US\$ 50 bilhões e quase dobrar em 2011, deixando o Brasil altamente dependente de capital estrangeiro.

O desdém do Ministério do Planejamento contrasta com a surpresa de Gil Castello Branco, secretário-geral da Contas Abertas, uma organização não governamental (ONG) especializada em dar transparência aos números que o setor público insiste em manter

no anonimato. "Sinceramente, eu não tinha ouvido falar destes dados liberados pelo BC. Mas, com certeza, são muito relevantes e precisam ser estudados com rigor para entendermos o que realmente está acontecendo", diz.

A Controladoria-Geral da União (CGU) também mostra-se surpresa ante a transparência dada pelo BC à ajuda de custo a servidores do Executivo, do Judiciário e do Legislativo em viagens internacionais. O órgão responsável por garantir a moralidade no trato com o dinheiro dos contribuintes só se pronunciou sobre a gastança depois que o Correio indicou que todas as informações estão publicadas na página do Banco Central na internet. Mas, para não ratificar o total desconhecimento, a CGU confrontou os dados do BC com outro relatório — esse com valores em reais das despesas mensais das diárias do Executivo federal no exterior. Também no documento é possível comprovar a disparada dos gastos, sobretudo nos meses que antecedem às férias ou em dezembro, quando boa parte do funcionalismo cruza os braços.

Jogo de empurra

Os dados da CGU vão de 2005 a 2010 e foram compilados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Em dezembro de 2005, por exemplo, as diárias consumiram R\$ 12,1 milhões (US\$ 7,21 milhões), quantia 64% superior à registrada no mês anterior. Em dezembro do ano passado, o filme se repetiu: as despesas somaram R\$ 14,60 milhões (US\$ 8,69 milhões), volume 58,2% maior do que o de novembro.

Apesar das coincidências, a CGU, por meio de sua assessoria de imprensa, garante que está atenta e "os gastos com diárias e passagens são permanentemente acompanhados, e sempre que é encontrada alguma transação atípica ou crescimento desproporcional de despesa, os órgãos responsáveis são notificados, a fim de que apresentem justificativas e, quando for o caso, adotem as providências para sanar a situação".

O Tribunal de Contas da União (TCU) prefere não entrar na polêmica e alega que cabe a cada órgão do governo federal e dos demais poderes investigar internamente se há alguma irregularidade na gastança com diárias de servidores no exterior. O órgão informa que só inicia um processo de investigação quando há alguma denúncia de irregularidade, o que ainda não ocorreu neste ano.

Na opinião de Castello Branco, as dificuldades que os órgãos de controle têm para evitar o desperdício de dinheiro público decorrem do fato de a transparência nas contas públicas ainda ser algo recente no país. "Há muito a ser melhorado, para que o cidadão saiba exatamente se os funcionários públicos estão gastando com parcimônia e consciência os recursos arrecadados por meio de uma pesadíssima carga tributária", afirma.

Na tentativa de dar uma resposta aos contribuintes, alguns ministérios começam a obrigar os servidores, no retorno das viagens, a fazerem palestras sobre a empreitada fora do país como uma maneira de justificarem as despesas. Mas ainda é muito pouco perto do que exige a sociedade. (Colaborou Victor Martins)

Prestação de contas é capenga

A falta de controle nas despesas com diárias de servidores públicos em viagens internacionais é enorme, dificultando o trabalho dos órgãos de fiscalização da União. É o secretário-geral da organização não governamental (ONG) Contas Abertas, Gil Castello Branco, quem diz: "Os formulários enviados aos órgãos responsáveis pela liberação das verbas de passagens e de diárias são incompletos e as justificativas não são detalhadas". E acrescenta: "Quando tentamos analisar os dados, o trabalho é interrompido no meio do caminho. Há servidores que não especificam o motivo da viagem, muito menos o destino e o período em que estiveram fora do país".

Na avaliação de Castello Branco, enquanto não houver maior rigidez no controle das despesas, por menor que elas sejam, muito dinheiro dos contribuintes continuará escorrendo

pelo ralo e facilitando a corrupção. A mesma avaliação é feita por um técnico do Tesouro Nacional. "Falamos que os valores com diárias para viagens ao exterior são pequenos. Mas é justamente esse tipo de discurso que facilita desvios. Quando centavos são desperdiçados em bilhões, a conta final torna-se pesada", ressalta.

Esse técnico afirma que a diária mínima para o exterior é de US\$ 170 (R\$ 285,43) para os funcionários do menor escalão e a máxima, de US\$ 460 (R\$ 772,34), para ministros de Estado. "Para se ter uma dimensão do que está sendo gasto por dia com servidores em viagens internacionais, basta abrir todos os dias o Diário Oficial da União. É obrigatória a publicação dos nomes das pessoas que deixam o país a trabalho", diz o funcionário do Tesouro, que vê com bons olhos a iniciativa do Banco Central de dar publicidade ao assunto. "Se os ministérios se contentam com os cartões de embarque para comprovar as viagens, alguém tem que mostrar o gasto."

Suspeitas no ar

Por ironia, um dos órgãos de controle do país vem se destacando como um dos campeões no aumento de gastos com viagens de funcionários ao exterior: o Tribunal de Contas da União (TCU). Lá, somente entre junho e julho deste ano, as despesas com passagens deram um salto de 633,9%, de R\$ 9.320 para R\$ 68.403. O TCU explicou que o aumento decorreu da maior participação de seus servidores em congressos na América Latina. E mais: mesmo julho sendo um mês de férias na Justiça, o tribunal não entra em recesso. O Ministério Público da União (MPU) foi além e ampliou em 7.666% os gastos com passagens entre junho e julho (de R\$ 503 para R\$ 39.082).

"Algo está errado. Não é possível que, justamente nos meses de férias escolares, os gastos com passagens e diárias para o exterior aumentem no serviço público. Parece que tudo é feito para emendar a viagem com as férias", afirma Castello Branco. Ele ressalta a importância de se dar publicidade ao assunto. Depois que os desvios de conduta e os exageros do Congresso Nacional foram desvendados, a farra das viagens diminuiu. As despesas caíram 54,7% na Câmara e 74,2% no Senado entre junho e julho deste ano.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) mostram que, entre 2008 e 2009, os gastos com passagens internacionais no Executivo passaram de R\$ 99 milhões para R\$ 114 milhões e, até 21 de outubro deste ano, totalizavam R\$ 89,8 milhões. Já as despesas com diárias avançaram de R\$ 87 milhões em 2008, para R\$ 101 milhões no ano passado, e, até outubro, chegavam a R\$ 88,7 milhões. "A impressão que se tem é que o governo tornou-se uma grande agência de viagens. Quando incluídos os gastos no país, passagens e diárias totalizam quase R\$ 1,5 bilhão por ano", afirma um funcionário do Ministério da Fazenda.

Gastos generalizados

A ganância com diárias a servidores em viagens ao exterior é generalizada. No governo federal, três ministérios — Relações Exteriores, Defesa e Educação — respondem por metade das despesas. Na pasta da Educação, os gastos são puxados pelas universidades, sobretudo pela de Brasília (UnB), cujos funcionários sempre preferem viajar às vésperas das férias escolares.

"É realmente difícil saber o porquê de o grande aumento nos gastos se dar justamente entre junho e julho, mas não deixa de ser curioso", diz Wellington Almeida, chefe de gabinete da Reitoria da UnB. O Ministério da Defesa, por sua vez, alega, que seus gastos englobam as atividades de administração das três Forças Armadas, envolvendo 300 mil militares, e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Além disso, há as despesas com a tropa que está no Haiti, ajudando na reconstrução do país devastado por um terremoto.

Já o Itamaraty justifica que o Brasil está expandindo a sua atuação no exterior. Portanto, é natural que mais funcionários desloquem-se para fora do país para ajudar na abertura de embaixadas e de representações consulares. O retorno das despesas, no entender do ministério, se dá por meio do forte aumento da corrente comercial e de ganhos de imagem, especialmente neste momento em que o Brasil é visto como porto seguro para investimentos. (RH)